



União Europeia  
Política Regional

# panorama

inforegio

# 36

Inverno 2010-2011

## Promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo

Quinto Relatório sobre a coesão económica,  
social e territorial

pt

## EDITORIAL

3

### VISÃO GERAL

A Política de Coesão contribui para a Estratégia “Europa 2020”

4-13

14-15

### ENTREVISTA

Johannes Hahn, Comissário Europeu da Política Regional

16-17

### DESENVOLVIMENTO PARA TODOS

A Política de Coesão investe em todas as regiões

18-19

### AS REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS

Acelerar a convergência económica

20-21

### REPENSAR A GOVERNANÇA

Aproximar a Política de Coesão dos cidadãos

22-23

### O PIB E MAIS ALÉM

Como medir os progressos

24-25

### IMPACTO DA POLÍTICA DE COESÃO

Provas explícitas dos resultados positivos

26-27

### VISTO DE FORA

Preben Gregersen – Presidente do Comité de supervisão dos Fundos Estruturais da Dinamarca  
Philip McCann – Conselheiro especial do Comissário europeu da Política Regional

28

### O RELATÓRIO – A SUA ELABORAÇÃO

Quinto Relatório sobre a Política de Coesão

29

### PRÓXIMOS PASSOS

Consulta pública no âmbito do Quinto Relatório sobre a Coesão

30

### NOS BASTIDORES

Teste os seus conhecimentos – Participe no concurso sobre a Coesão

31

### DATAS E EVENTOS

32

### DÊ-NOS A SUA OPINIÃO



O Quinto Relatório sobre a Coesão económica, social e territorial fornece uma perspectiva sobre o desenvolvimento regional europeu e identifica a situação actual, comparando-a aos objectivos partilhados. O Relatório representa uma base sólida e analítica para a Política de Coesão pós-2013.

O primeiro relatório sobre coesão foi publicado em 1996, e tem desde então demonstrado a sua relevância política crescente, assim como a estreita relação com as estratégias gerais da Europa. O Quinto Relatório sublinha o papel essencial das regiões à luz da Estratégia “Europa 2020” e identifica os importantes desafios – mas não impossíveis – que a Europa enfrenta.

Este Relatório assenta no trabalho já realizado por muitos outros, designadamente no relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi e na comunicação da Comissão intitulada “O PIB e mais além – Medir o progresso num mundo em mudança”. O resultado é um documento que inclui novas e melhores medidas de progresso, incluindo algumas nunca antes referenciadas a nível regional. As medidas referidas vão do índice de competitividade regional, a algumas na área da saúde, bem-estar, pobreza e mudanças climáticas.

Este Relatório sobre a Coesão inclui pela primeira vez mais de cem mapas, colocando, desta forma, em destaque a diversidade da União Europeia e as dimensões espaciais do desenvolvimento. Esta inovação representa um importante passo em termos de análise das regiões europeias. Além disso, todas as informações relacionadas com os mapas podem ser carregadas através de um simples clique.

Com este Relatório estamos a preparar o terreno para uma Política de Coesão mais efectiva. Os vários indicadores nele incluídos ajudarão as regiões e os Estados-Membros a focarem-se nas prioridades mais importantes dos novos programas.

Boa leitura!

**Dirk Ahner**

*Director-geral, Comissão Europeia  
Direcção-geral da Política Regional*

# A POLÍTICA DE COESÃO CONTRIBUI PARA A ESTRATÉGIA “EUROPA 2020”

A UE dispõe agora de uma visão de longo prazo para a sua economia de mercado, graças à Estratégia “Europa 2020”. A Estratégia, adoptada em Junho de 2010 e com um calendário para a próxima década, visa ajudar a Europa a sair com êxito da crise económica e, ao mesmo tempo, assegurar que os Estados-Membros cresçam de forma sustentada, enveredando assim pelo caminho da prosperidade e do progresso social nos próximos anos.

A Política de Coesão irá desempenhar um papel primordial, podendo contribuir de forma significativa para cada uma das três prioridades estratégicas – crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Uma crise mundial sem precedentes, que começou em 2008, congelou muitos dos progressos que a UE tinha realizado na última década, afectando o mercado laboral e o crescimento. A Estratégia “Europa 2020”, que inclui medidas colectivas a nível da UE, assenta em três vectores fundamentais de crescimento que se reforçam mutuamente.

## Estratégia “Europa 2020”: as três prioridades

**Crescimento inteligente** significa desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação.

O **crescimento sustentável** promove uma economia mais eficiente em termos de gestão dos recursos, hipocarbónica e competitiva.

O **crescimento inclusivo** promove a participação no mercado do trabalho e uma maior coesão social e territorial.

## Metas de crescimento

A Estratégia estabelece cinco objectivos chave que os Estados-Membros deverão traduzir em objectivos nacionais, tendo em conta os diferentes pontos de partida. Estes objectivos deverão até 2020:

### Cinco objectivos chave:

- Assegurar o emprego de 75% da população entre os 20 e os 64 anos.
- Assegurar um investimento de pelo menos 3% do PIB da UE em I&D;
- Assegurar a redução de emissões de carbono em 20%, em comparação com os níveis de 1990, o aumento da quota-parte da utilização de energias renováveis para 20%, bem como uma gestão energética mais eficiente.
- A taxa de abandono escolar deve ser reduzida para menos de 10%. O número de pessoas entre os 30 e os 34 anos de idade com um curso superior ou equivalente deverá crescer e atingir pelo menos os 40%.
- O quinto e último objectivo é tirar 20 milhões de pessoas do risco de pobreza ou exclusão.

Para alcançar estas metas será necessária uma acção concertada a nível europeu, nacional, regional e local. Por exemplo, os Estados-Membros em parceria com os agentes regionais e locais poderão implementar os Programas Nacionais de Reforma, definindo a forma de cumprir as prioridades e os objectivos através de iniciativas emblemáticas, que deverão ser adoptadas até à Primavera de 2011.



Bélgica, Antuérpia, Criação de empregos para imigrantes: Telecentro



## Estratégia “Europa 2020”: sete iniciativas emblemáticas

- **União da Inovação:** responder aos principais desafios graças a um relançamento da I&D e da política de inovação, diminuindo o fosso entre ciência e mercado para transformar, desta maneira, as invenções em produtos.
- **Juventude em movimento:** aumentar a qualidade e atrair a nível internacional estudantes para o ensino superior europeu, através da promoção da mobilidade profissional de estudantes e de jovens profissionais.
- **Uma agenda digital para a Europa:** promover o crescimento económico sustentável e os benefícios sociais de um Mercado Único Digital baseado na internet ultra-rápida.
- **Europa eficiente em termos de utilização dos recursos:** incentivar a mudança para uma economia hipocarbónica e com uma gestão eficiente dos recursos.
- **Uma política industrial para a Europa:** ajudar a UE a ser competitiva num mundo pós-crise mundial, promovendo o empreendedorismo e o desenvolvimento de novas competências.
- **Uma agenda para as novas qualificações e novos empregos:** criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, aumentando assim os níveis de emprego e assegurando a sustentabilidade dos modelos sociais.
- **Plataforma europeia contra a pobreza:** assegurar uma coesão económica, social e territorial através da ajuda aos mais carenciados e excluídos socialmente, permitindo que desempenhem um papel activo na sociedade.

## Benefício mútuo: Política de Coesão e Estratégia “Europa 2020”

Há provas de que a Política de Coesão, incluindo os programas actuais 2007-13, beneficia do facto de recorrer a uma série de instrumentos financeiros para alcançar os objectivos das políticas da UE – como é o exemplo da Estratégia “Europa 2020”. Ao referir que a Estratégia assenta num conjunto de prioridades comuns e num quadro claro que identifica as prioridades de financiamento, o Quinto Relatório sobre a Política de Coesão está a sublinhar a importância para a Política de Coesão de possuir prioridades claras no sentido de alcançar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Estas prioridades devem concentrar-se: no apoio às novas empresas; na inovação; na redução das emissões de carbono; na melhoria da qualidade do ambiente; na modernização das Universidades; em poupar energia; no desenvolvimento de energias; nos transportes e nas redes de telecomunicações com um interesse comum da UE; no investimento na infra-estrutura de investigação; no desenvolvimento do capital humano e na inclusão activa para ajudar a combater a pobreza.

A ligação explícita entre a Política de Coesão e a Estratégia “Europa 2020” faculta-nos uma oportunidade real de continuar a ajudar as regiões mais pobres da UE a colmatar o seu atraso. Esta estreita relação pode desenvolver ainda mais a Política de Coesão para que se torne num vector de crescimento de toda a UE.



Os alunos descobrem um jogo sobre a geografia da UE

## Crescimento inteligente

A Política de Coesão contribui de forma significativa para se cumprirem as prioridades da Estratégia “Europa 2020” – crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, já durante o actual período (2007-13). Por exemplo, em termos de crescimento inteligente, o investimento no apoio às empresas e à inovação – o maior domínio de investimento na maioria das regiões – representa um total aproximado de € 80 mil milhões, o que representa um aumento de 100% relativamente ao período anterior (2000-06). Este montante inclui a ajuda financeira directa e o investimento em I&D, mas também um cada vez maior apoio não-financeiro sob a forma de sistema de redes e inovação, assessoria para as empresas e incubadoras de empresas. De referir ainda a utilização de instrumentos financeiros que não se baseiam no co-financiamento, tal como capitais de risco e fundos de crédito, que ajudam a combater entraves, como o acesso das PME ao capital, ao mesmo tempo que minimizam os custos e criam instrumentos de financiamento sustentável de longo prazo.

As avaliações do período 2002-06 evidenciaram alguns factos interessantes sobre o impacto da Política de Coesão no âmbito do crescimento inteligente. Estimativas feitas apontam para a criação de pelo menos um milhão de empregos, cerca de 230 mil empresas (sobretudo PME) receberam apoio financeiro directo e aproximadamente 1,7 milhões de empresas (também PME) beneficiaram de assessoria, experiência e apoio às actividades em rede.

No período 2002-06 ficou ainda patente o facto de a maioria das regiões ter investido com êxito no futuro, tendo concentrado os esforços na inovação, na capacidade das PME para captar novas tecnologias, na promoção de clusters, na internacionalização e criação de novos empregos. O Fundo Social Europeu também contribuiu de forma significativa, tendo afectado cerca de 75% dos seus recursos no período 2000-06 às políticas activas de emprego, adaptabilidade, aprendizagem ao longo da vida e sociedade da informação. Os resultados já estão patentes no actual período de programação, tendo os Estados-Membros declarado a criação de mais de 25.000 postos de trabalho até finais de 2009, apesar da crise económica mundial.

Um estudo recente sobre o desempenho da Política de Coesão no período 2007-13 conclui que esta Política representa um apoio inquestionável às acções de desenvolvimento e investigação em toda a UE, não só em termos financeiros – apesar de ser significativo – mas também porque estimula

### Indústria automóvel mais competitiva no futuro

O DRIVE, Centro de Competência apoiado pelo Governo flamengo e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, tem como missão promover a inovação e encorajar a colaboração entre as empresas do sector automóvel. O Centro faz a promoção, gere e age enquanto parceiro com competências e conhecimentos em projectos, em colaboração com o sector e de acordo com as necessidades deste.



O VLOC ('Vlaams Luchtvaartopleidingscentrum'), centro de conhecimento, competências e educação para a indústria da aviação na Flandres.



o desenvolvimento de estratégias mais coerentes a nível regional, tendo em conta as especificidades locais e as necessidades das empresas. A dimensão regional das políticas de inovação cresceu nos últimos anos com a ajuda do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Enquanto os Estados-Membros mais avançados investem mais na inovação, e tiram partido dos benefícios criados pelo efeito multiplicador nos investimentos privados, as regiões de convergência estão agora a criar as condições quadro adequadas para a inovação em termos de capacidade institucional e de desenvolvimento dos recursos humanos. Nesta matéria, a Política de Coesão tem tido um papel de impulsionador durante todo o processo.

### **Relançar a colaboração entre agentes inovadores**

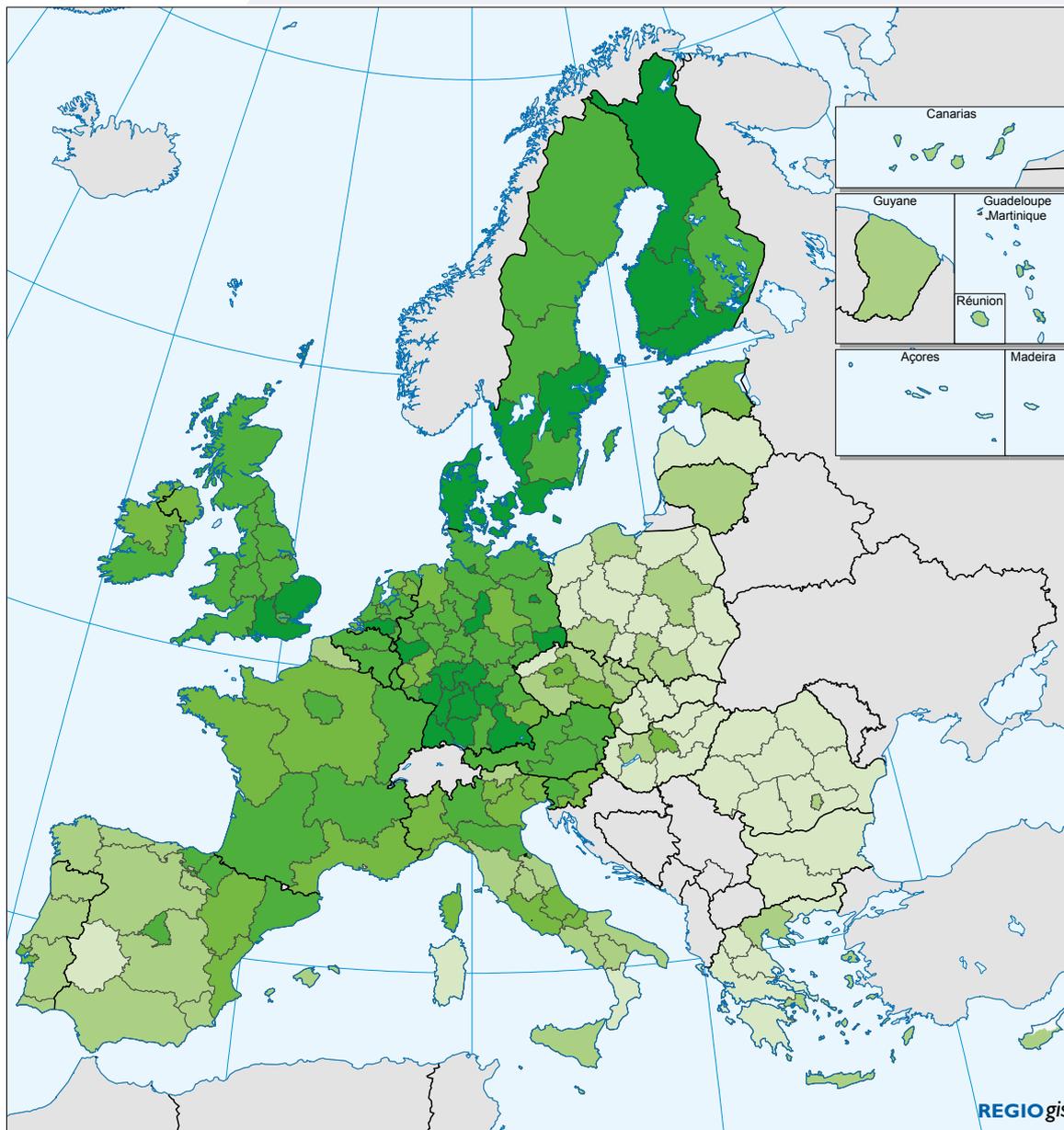
Cerca de 150 projectos inovadores estão a ser realizados por toda a Estónia, graças ao programa Innovation Voucher Grant, que conta com o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. O programa, lançado em Fevereiro de 2010, está orientado para as pequenas empresas que podem adquirir serviços de instituições de investigação estónias, usando vouchers de inovação da agência de promoção empresarial da Estónia, no sentido de implementar novas ideias. Muitos projectos focalizam-se na eficiência energética e em iniciativas amigas do ambiente, incluindo construção de casas passivas e reciclagem do lixo.

### **Empacotamento progressivo**

Mais de 20 empresas de embalagens na República Checa partilham hoje a sua experiência e conhecimentos, graças ao Omnipack Cluster, uma associação composta por voluntários, criada em 2005, com o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Esta cooperação reforçada resultou no desenvolvimento e na comercialização de produtos inovadores de alto valor acrescentado, beneficiando o próprio país, bem como a Europa Central e Oriental.



## Índice de Desempenho da Inovação a nível regional, 2006



### Índice de Desempenho da Inovação a nível regional, 2006

- Baixo nível de inovação
- Médio – baixo nível de inovação
- Média do nível de inovação
- Médio – alto nível de inovação
- Alto nível de inovação

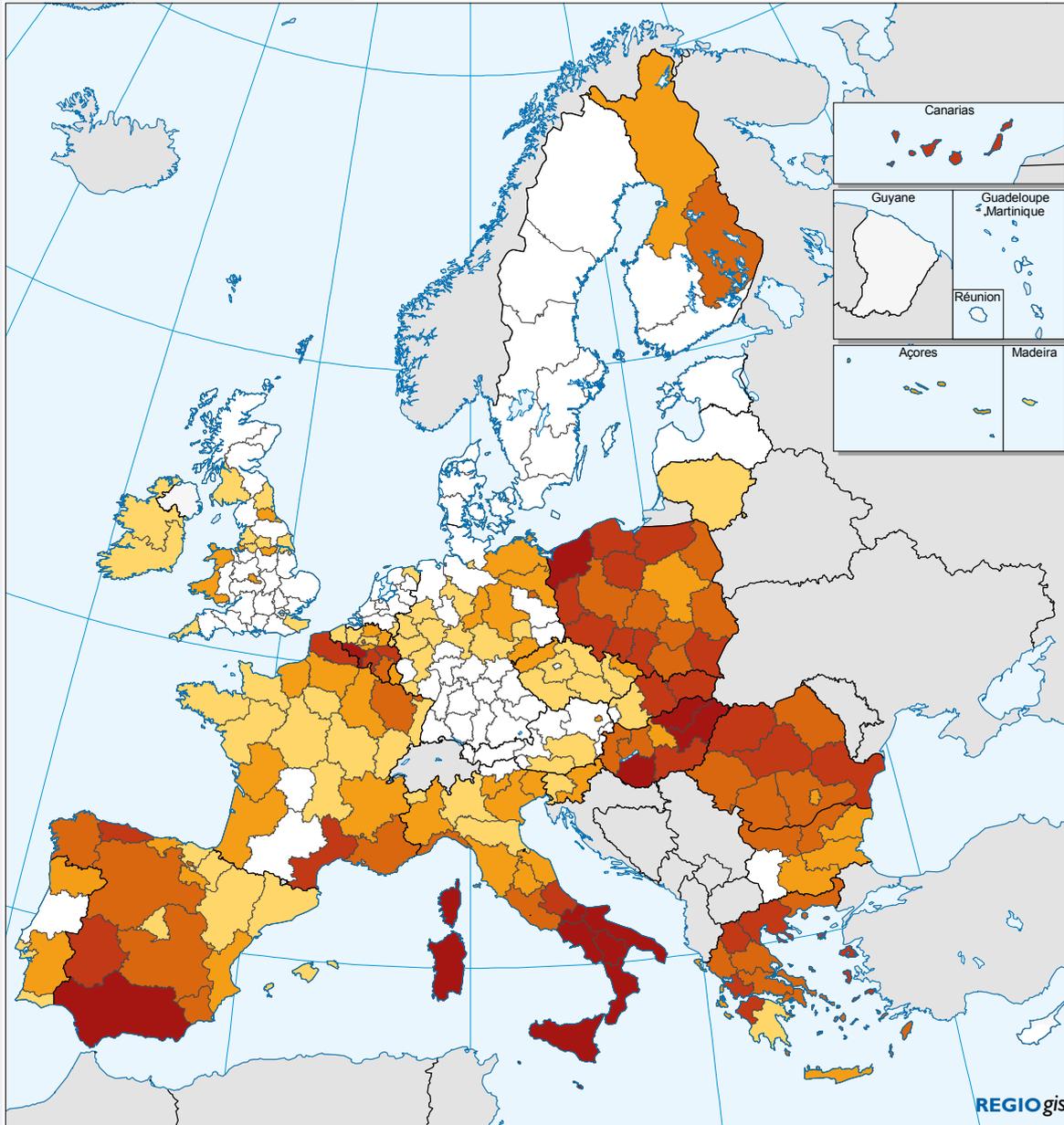
Fonte: DG Empresas, MERIT

0 500 Km

© EuroGeographics Association for the administrative boundaries

## Aumento do PIB através do aumento da taxa de emprego para 75%

Mudança em % per capita, 2007



### Aumento potencial do PIB per capita graças ao aumento da taxa de emprego, 20-64, para 75%, 2007

Mudança em %



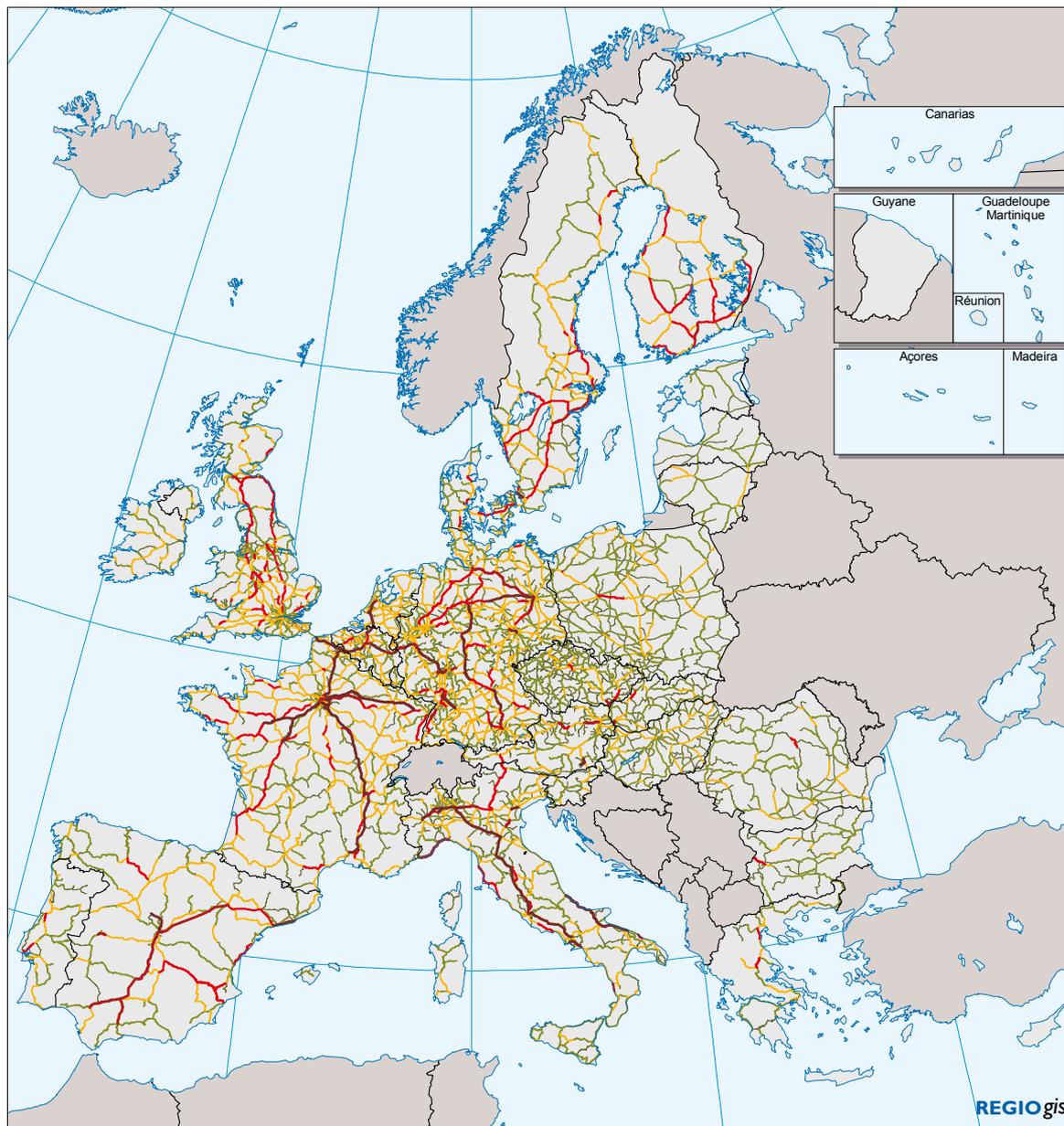
UE-27 = 6

Fonte: Eurostat, DG REGIO

0 500 Km

© EuroGeographics Association for the administrative boundaries

## Comboio de alta velocidade



### Troços de linhas de alta velocidade de acordo com o calendário, 2010

km/h

- <= 50
- 51 - 80
- 81 - 120
- 121 - 160
- 161 - 200
- 201 - 320

Graças ao facto de se poderem operar diferentes serviços de comboios nas secções ferroviárias, as velocidades referidas indicam a velocidade média do serviço ferroviário mais rápido. As secções exclusivamente para transporte de mercadorias não estão incluídas.

Fonte:  
Base de dados RRG GIS, Horários das empresas de caminho-de-ferro

0 500 Km

© EuroGeographics Association for the administrative boundaries

## Crescimento sustentável

Antes mesmo da luta contra as mudanças climáticas se ter tornado um objectivo central da UE, a Política de Coesão já tinha lançado medidas no sentido de melhorar a eficiência energética das empresas e incentivar a criação de instalações de produção de energia renovável em toda a Europa. No actual período de programação, metade dos Estados-Membros incorporaram indicadores de redução dos gases com efeito de estufa nos seus programas. Para já, a Áustria, Alemanha, França e Itália declararam uma redução de mais de 27.000 quilotoneladas equivalentes.

O crescimento sustentável também envolve a melhoria das ligações e a criação de formas alternativas de transporte sustentável. No período 2000-06, a Política de Coesão investiu mais de € 50 mil milhões em transportes, atingindo este montante os € 75 mil milhões no período 2007-13, estando a UE-12 a beneficiar agora de um período de programação completo. A grande maioria destes recursos foi gasta nas regiões de convergência.

Na Grécia, na Irlanda, em Portugal e em Espanha, a densidade da rede de auto-estradas aumentou dos cerca de 90% da média da UE-15 em 2000 para 111% em 2006, tendo os fundos contribuído de forma significativa para este processo de recuperação do atraso. Cerca de 60% da rede de auto-estradas existente e nova na UE-12 foi co-financiada pelo Fundo de Coesão e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Várias avaliações referem igualmente que os investimentos em transportes urbanos ajudaram a reduzir a poluição e a diminuir o congestionamento automóvel, sendo todos objectivos chave no domínio do desenvolvimento sustentável.



Ligação de alta velocidade entre Córdoba e Málaga

O sistema de caminhos-de-ferro também melhorou consideravelmente em resultado dos investimentos co-financiados pela Política de Coesão, tendo os fundos contribuído para a construção e modernização de 7.260 km de ferrovias no período 2000-06. Relativamente à alta velocidade, 56% do total do desenvolvimento da rede até 2006 foi co-financiado pelos fundos, e em Espanha o alargamento total da rede foi co-financiado. De assinalar ainda o facto de os tempos de trajeto também terem diminuído significativamente: entre Roma e Nápoles (de 114 para 65 minutos), bem como entre Madrid e a Andaluzia (Madrid-Málaga de 240 para 160 minutos). Estes investimentos foram concebidos como parte das políticas integradas para garantir que coincidem com outras políticas de desenvolvimento, tal como a criação de parques tecnológicos, promoção de infra-estrutura da educação e captação de investimento directo estrangeiro.

### Corredores ecológicos na Polónia

Aproximadamente 100 projectos de infra-estruturas verdes estão a ser realizados na Polónia, geridos pelo Centro de Coordenação de Projectos Ambientais (CKPS) e co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Incluem a construção de passagens para animais, eliminação de obstáculos à migração animal, itinerários educativos e itinerários turísticos.

### Costa del Sol agora acessível graças à linha de alta velocidade

Grças a um importante projecto, parcialmente financiado pela UE, a Espanha dispõe de uma linha de alta velocidade entre as cidades de Córdoba e Málaga. Uma distância total de 155 km em linha de alta velocidade inaugurada em Dezembro de 2007 e aproximadamente 25 km menos do que o trajeto tradicional.

### Rede de hidrogénio para veículos ecológicos

Foram realizados sete testes-piloto com veículos híbridos a células de combustível em diferentes cidades da região oeste da Dinamarca, no contexto de um projecto co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Os seus mais de vinte parceiros incluíam estações de hidrogénio abastecidas a partir de um gerador hidrogeno-electrolítico situado numa empresa de energia local.

## Crescimento inclusivo

A Política de Coesão deu provas de ser uma das formas mais bem-sucedidas para a União Europeia demonstrar o seu apego à solidariedade ao mesmo tempo que dissemina o crescimento e a prosperidade em toda a UE. O Fundo Social Europeu (FSE), por exemplo, já apoia acções de formação que envolvem anualmente cerca de 9 milhões de europeus. Reflecte um equilíbrio nas políticas económicas da UE – uma demonstração prática da forma como a UE promove activamente a inclusão a par e passo com o crescimento.

O FSE apoia as PME e reforça a sua competitividade. Na Polónia, por exemplo, entre 2004-06, o FSE serviu de estímulo para que as microempresas formassem o seu pessoal; 41% das que receberam apoio realizaram acções de formação pela primeira vez. Também na Saxónia (Alemanha), entre 2007-13, metade das empresas que receberam apoio do FSE nunca se tinham envolvido em acções de formação. O FSE prevê igualmente apoio para I&DT e inovação. Em 2000-06, cerca de 70.000 postos de investigação foram apoiados pelo FSE na Alemanha, Espanha, Finlândia, França, Suécia, Eslováquia e Reino Unido, mais de 40.000 pessoas adquiriram qualificações e cerca de 60.000 encontraram um emprego na sequência da participação em actividades apoiadas pelo FSE.

Cerca de 28 milhões de pessoas participaram em políticas activas de emprego, incluindo medidas de combate ao desemprego, aumento do emprego e manutenção da empregabilidade entre 2000-06. Um terço dos desempregados da UE participa anualmente em programas apoiados pelo FSE.

O FSE também apoia vincadamente a igualdade entre géneros, ajudando as mulheres a encontrar emprego, promovendo a respectiva aprendizagem ao longo da vida, apoiando a sua participação na ciência e tecnologia bem como ajudando-as a criar as suas próprias empresas. Entre 2000-06, € 4,5 mil milhões foram gastos em medidas de promoção da igualdade entre géneros e integração da perspectiva de género. A maior despesa em medidas relacionadas com o género coube à Alemanha, que contabilizou 25% do total de toda a UE.

### A formação na área das TIC abre novas portas aos agricultores

Os agricultores da Irlanda do Norte receberam formação para tirar o maior proveito da tecnologia actual nas suas tarefas administrativas quotidianas, graças ao financiamento da UE no contexto do programa PEACE II. A esmagadora maioria dos participantes no projecto reconhece que a formação que receberam os ajudou a adoptar melhores práticas comerciais.

### Ajuda aos mais desfavorecidos na Hungria

O desenvolvimento em cerca de 30 “micro-regiões” na Hungria está a ser impulsionado através do Programa de ajuda às Micro-regiões Menos Desenvolvidas (MRMD) e conta com o contributo das comunidades locais e o apoio financeiro da UE. Já foram lançados cerca de 250 projectos com o objectivo de construir ou renovar escolas ou infantários, centros de saúde e centros sociais, estações de camionetas, infra-estruturas de distribuição e tratamento de águas residuais, prevenção de inundações, turismo e cultura.



Atenção especial dada ao desemprego entre os jovens.

## De que forma é que a Política de Coesão irá ajudar a Estratégia “Europa 2020”?

A Política de Coesão beneficiou todas as regiões com vantagens directas ou indirectas, apoiando prioridades a nível da UE, designadamente protecção ambiental, investigação e inovação, de acordo com o recém publicado Quinto Relatório sobre a Coesão económica, social e territorial. A título de exemplo, entre 2000 e 2006, esta Política ajudou a criar cerca de 1,4 milhões de novos empregos, conduziu à modernização de centenas de ligações de transporte aéreo, ferroviário e rodoviário, melhorou o tratamento da água potável e das águas residuais para milhões de europeus.

O FSE, por seu turno, recorre à experiência transfronteiriça para apoiar grupos sociais ou domínios de políticas que de outra forma beneficiariam de pouco apoio ou até mesmo nenhum. Também tem um enfoque especial em abordagens inovadoras em matéria de emprego, formação e inclusão social.

A Política de Coesão está, pois, idealmente colocada para contribuir significativamente para os resultados da Estratégia “Europa 2020”, traduzindo as suas prioridades em acções concretas de desenvolvimento no terreno, a nível regional e local. Irá continuar a apostar no investimento para a modernização e agir enquanto catalisador para as alterações estruturais em todas as regiões europeias. Continuará a mobilizar um vasto leque de agentes regionais e locais em toda a Europa.

A parceria alargada bem como a adesão a prioridades de reforma serão factores-chave para uma aplicação bem-sucedida da Estratégia. Os agentes regionais e locais, inter alia, têm um importante papel a desempenhar atendendo ao seu peso nos domínios da educação e formação, emprego, transporte, I&D e energia – muitos dos quais são áreas-chave da Estratégia “Europa 2020”.

### PARA SABER MAIS

- Europa 2020:  
[http://ec.europa.eu/europe2020/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/index_en.htm)
- Rede de peritos em avaliação com trabalhos sobre a análise política do desempenho da Política de Coesão, 2007-13: síntese dos documentos em matéria de política de inovação:  
[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/evaluation/rado\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/rado_en.htm)

Áustria, a casa Gemini, simultaneamente casa e central de produção de energia solar.

# JOHANNES HAHN

Comissário Europeu da Política Regional

**A Panorama fala com o Comissário Johannes Hahn para saber o que pensa dos êxitos da Política de Coesão até hoje, mas também para conhecer a sua opinião sobre as metas e os objectivos para a próxima década, designadamente a reforma assente nas prioridades da Estratégia “Europa 2020”.**

## *O que diz o Quinto Relatório sobre a Coesão?*

Começa por confirmar que as recentes tendências de convergência entre as regiões da UE vieram para continuar, tendo conduzido a uma diminuição significativa das disparidades regionais em termos de Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Contudo, constata-se igualmente que as regiões mais desenvolvidas são mais competitivas, mais inovadoras, dispõem de pessoal mais bem formado, têm uma taxa de emprego mais alta, estão melhor dotadas em termos de infra-estruturas e têm um governo de melhor qualidade.

O Relatório expõe ainda algumas diferenças na questão da sustentabilidade ambiental entre as regiões europeias. Algumas regiões, por exemplo, são altamente vulneráveis às mudanças climáticas, outras possuem um elevado potencial de produção de energias renováveis, e muitos centros urbanos sofrem da fraca qualidade do ar.

Ainda segundo o Relatório, é necessário que haja uma melhor coordenação entre as políticas da UE, as políticas nacionais e a Política de Coesão para apoiar as regiões a dar livre curso ao seu potencial e capitalizar as suas vantagens. O Relatório apresenta o resultado das avaliações que confirmam que a Política de Coesão contribuiu significativamente para a coesão económica, social e territorial nas regiões que receberam fundos.

Por último, graças ao Quinto Relatório, a Comissão está a desenvolver algumas das ideias-chave para a Reforma da Política de Coesão. Estas ideias surgem na sequência de uma longa discussão que começou com a apresentação do Quarto Relatório sobre a coesão em 2007. Este Quinto Relatório traça em linhas gerais o futuro da Política de Coesão. Desde a sua missão e realização; à forma como a Política pode ser mais efectiva e o seu impacto melhorado para se atingir um maior valor acrescentado a nível europeu; à forma como a governança desta Política e o envolvimento dos intervenientes podem ser reforçados; e, por último, à forma como a sua aplicação pode ser racionalizada e simplificada.

## *De que forma é que as regiões, em especial a Política de Coesão, contribuem para se atingirem os objectivos da Estratégia “Europa 2020”?*

O Quinto Relatório sobre a Coesão demonstra que para se poderem atingir os objectivos lançados pela Estratégia “Europa 2020”, é necessária uma abordagem integrada de investimentos, o que significa encontrar o equilíbrio adequado entre os diferentes tipos de investimentos. Significa ainda a necessidade de termos em conta as enormes disparidades entre as regiões da UE, em particular os desafios geográficos específicos que estas enfrentam, para evitar que um desenvolvimento regional desequilibrado trave o crescimento potencial.



### *Quais são os elementos da reforma proposta para a Política de Coesão pós-2013?*

A Política de Coesão deve começar por estar alinhada com as prioridades da Estratégia “Europa 2020”, designadamente com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Precisamos igualmente de assegurar que os Estados-Membros e as regiões concentrem os recursos nacionais e da UE num pequeno número de prioridades, de acordo com os seus desafios específicos. Além disso, precisamos de introduzir incentivos mais fortes bem como condicionalidades, em particular nos domínios em que a Política de Coesão investe, tal como na infra-estrutura ambiental e de transportes, educação e formação, ou investigação e desenvolvimento (I&D) e inovação. Tudo isto permitiria melhorar a eficácia das intervenções no âmbito da Política de Coesão.

Em quarto lugar, a Política de Coesão devia avançar para um sistema mais orientado para os resultados, com uma maior ênfase no desempenho. Precisamos ainda de apoiar a utilização de novos instrumentos financeiros, e afastarmo-nos assim do sistema de co-financiamento tradicional, optando por formas mais inovadoras que combinem bonificações de juros com empréstimos de capital. Estes tipos de instrumentos financeiros representam um montante de € 10 mil milhões para o período 2007-13, e nós precisamos de melhorar os resultados dos instrumentos existentes e alargar o seu alcance e escala a outros domínios. Por último, precisamos de racionalizar e simplificar o nosso sistema de resultados para reforçar a responsabilização e a transparência presentes nesta Política.

### *Qual é o papel da coesão territorial?*

Com a adopção do Tratado de Lisboa, a dimensão de coesão territorial foi integrada nos objectivos de coesão económica e social. Esta dimensão sempre fez parte da Política de Coesão europeia, mas é importante que a forcemos no período 2007-13. A dimensão territorial é sobretudo importante para as cidades e zonas rurais respectivamente. A Política de Coesão também pode desempenhar um papel central contribuindo para melhorar a situação de

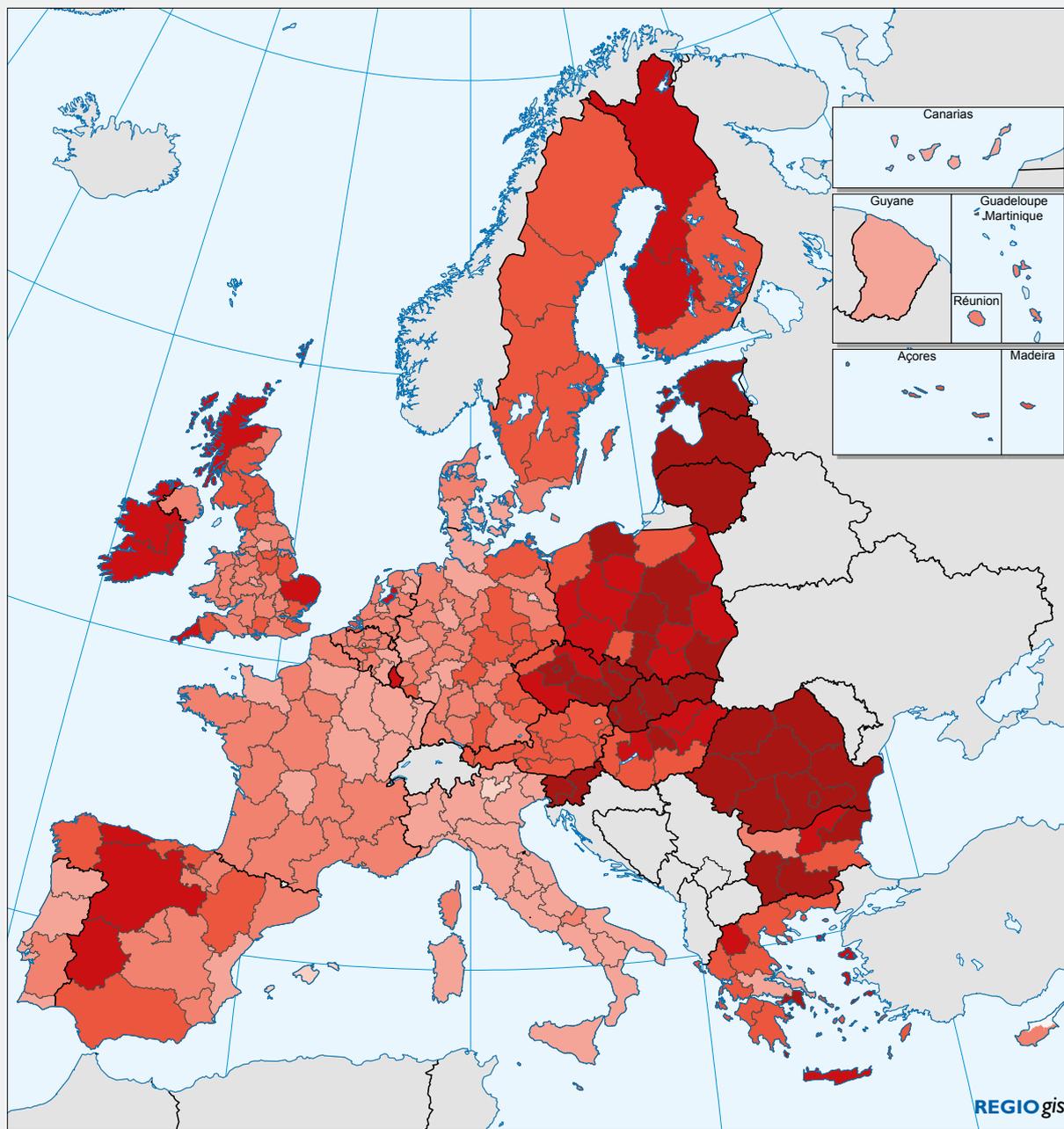
regiões transfronteiriças e transnacionais, bem como de regiões que sofrem de outras desvantagens devido à sua insularidade, distância (tal como as regiões ultraperiféricas ou do subártico), com uma densidade populacional muito baixa ou de relevo acidentado. Esta dimensão pode promover, por exemplo, uma melhor acessibilidade, uma actividade económica sustentável e a diversificação económica.

### *Quando é que as regiões saberão quanto irão receber dos fundos após 2013?*

O Quinto Relatório sobre a Coesão traça as orientações gerais sobre a arquitectura da Política no futuro. Mas as propostas financeiras que irão acompanhar as propostas legislativas para o quadro jurídico pós-2013 só deverão ser adoptadas no segundo semestre de 2011.

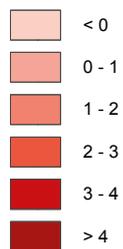


**Construção de uma nova estrada transfronteiriça entre a Grécia e a Bulgária, Drama, Grécia.**



**Crescimento do PIB *per capita* em termos reais, 2000-2007**

Mudança média anual em %



UE-27 = 1.8  
Fontes: Eurostat, DG REGIO



© EuroGeographics Association for the administrative boundaries

# A POLÍTICA DE COESÃO INVESTE EM TODAS AS REGIÕES

**O apoio a todas as regiões é crucial para se conseguir a coesão económica, social e territorial e continuará a ser, por essa razão, um elemento chave da futura Política de Coesão. Apesar de a maior parte dos fundos ser canalizada para melhorar a situação das regiões mais pobres, as regiões mais desenvolvidas também recebem uma parte significativa do apoio ao abrigo da Política de Coesão para poderem desenvolver ao máximo o seu potencial.**

A Política de Coesão abrange todas as regiões visto que o desenvolvimento pode partir de todas elas. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) já demonstrou que não existe um padrão único de desenvolvimento: a suposição de que o crescimento se concentra nas regiões altamente desenvolvidas da UE está errada. Tal como mostra o mapa, o desempenho económico varia muito consoante a região. Os factos provam que, independentemente do tipo, todas as regiões podem ter um forte desempenho, quer sejam ricas ou pobres, urbanas ou rurais, centrais ou mais periféricas, especializadas na indústria ou nos serviços.

## Utilização otimizada dos activos é vital para o crescimento

Algumas zonas rurais beneficiaram de taxas de crescimento mais altas do que as áreas urbanas, em especial na Europa ocidental. Estas regiões encontraram formas de aproveitar ao máximo os seus recursos e oportunidades económicas. As regiões rurais adjacentes às regiões urbanas, por exemplo, podem beneficiar da sua localização: inúmeros sectores industriais, designadamente armazéns e fábricas de grande envergadura, podem transferir-se para as zonas rurais próximas devido ao baixo custo dos terrenos e à proximidade de um pólo alargado de trabalhadores.

Da mesma forma, também se pode encontrar maus desempenhos em todas as regiões. Várias áreas urbanas ou regiões mais desenvolvidas viram o seu desenvolvimento travado devido a alguns estrangulamentos. Algumas estão confrontadas com problemas ambientais e com os custos da aglomeração, tal como o congestionamento automóvel e o elevado custo de vida. Outras não conseguem mobilizar

ao máximo os seus recursos, tendo baixas taxas de emprego, e fracos níveis de educação ou produtividade laboral.

A capacidade para mobilizar os activos é o factor mais importante que determina o sucesso de uma região na promoção do crescimento e desenvolvimento. Da mesma forma, as políticas devem estar orientadas para explorar ao máximo o crescimento potencial de todas as regiões.

## Uma abordagem localizada: desenvolvimento através da integração

Para se atingir um desenvolvimento regional forte, é necessária uma coordenação clara das políticas. Por exemplo, a melhoria da infra-estrutura de transportes devia ser combinada com a melhoria do contexto empresarial para se poder maximizar o impacto de ambos. As políticas de incentivo à inovação serão mais eficazes se forem acompanhadas por investimentos na educação. É aqui que a Política de Coesão pode fazer a diferença: reúne as políticas sectoriais num quadro coordenado e coerente. Esta abordagem é importante para todas as regiões da UE independentemente do seu nível de desenvolvimento.

Esta abordagem integrada significa igualmente que todas as regiões da UE podem desempenhar um papel ao dar maior visibilidade às prioridades políticas. A Política de Coesão, por exemplo, ajudou as regiões a respeitar as normas da UE e a cumprir os objectivos nos domínios do transporte, inovação, sociedade da informação e energia. Além disso, permitiu melhorar a sua protecção ambiental e o seu envolvimento na Agenda de Lisboa.

## O futuro

Este papel será reforçado no quadro da Estratégia “Europa 2020”: a Política de Coesão irá financiar acções integradas, entre vários sectores, adaptadas ao contexto específico de cada região. No campo da inovação, por exemplo, irá complementar as iniciativas propostas de empresas de vanguarda com investimentos no capital humano, infra-estrutura, finanças ou trabalho em rede, condições essenciais para um bom desempenho no domínio da inovação. Apoiará igualmente os investimentos na banda larga, transportes inteligentes e infra-estrutura energética, eficiência energética e energias renováveis, para criar uma economia competitiva, interligada e verde.

A Estratégia “Europa 2020” precisa que todas as regiões desempenhem o seu papel na promoção de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Desde a sua criação, a Política de Coesão assegurou que todas as regiões pudessem contribuir e beneficiar da integração europeia, e irá continuar a fazê-lo no futuro.

# ACELERAR A CONVERGÊNCIA ECONÓMICA

**A Política de Coesão é a principal resposta da UE para combater as disparidades regionais e se atingir um desenvolvimento harmonioso; 40% do orçamento da UE é dedicado à promoção de mais equilíbrio económico. Os investimentos inteligentes sustentáveis e inclusivos em domínios de crescimento tais como infra-estruturas, investigação, educação, energia ou comunicações são a melhor resposta para reforçar as perspectivas de prosperidade nas regiões menos desenvolvidas da UE.**

€ 4 em cada € 10 do orçamento da UE são dedicados à Política de Coesão – o seu objectivo é aumentar a prosperidade das regiões europeias e dos seus habitantes, em particular das regiões mais atrasadas para onde é canalizado 80% do orçamento da Política de Coesão.

## Aproveitar as oportunidades

O mundo competitivo em que vivemos hoje representa um manancial de oportunidades para os que se sabem adaptar. As economias emergentes aumentaram a sua quota-parte de comércio de bens e serviços, tendo criado novos mercados. A Política de Coesão apoia as regiões que abraçam as oportunidades de crescimento e assegura que todos os tipos de financiamento são orientados para acções de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, tal como definido pela Estratégia “Europa 2020”.

Com um orçamento de quase € 350 mil milhões para o período 2007-13, a Política de Coesão investe de forma esmagadora nas prioridades em que assenta esta Estratégia, permitindo que estas regiões possam concorrer mais eficazmente nos mercados mundiais.

## ... investindo em áreas-chave que melhor preparam as regiões para serem mais competitivas...

A Política de Coesão tem como objectivo tornar as regiões mais dinâmicas e competitivas. Nas regiões mais atrasadas, por exemplo, a construção de auto-estradas, ferrovias e aeroportos é co-financiada pela Política de Coesão, juntamente com o acesso a novas tecnologias, internet de banda larga e mercado digital, bem como a capacidade de inovação das empresas. Esta Política também abrange a educação e formação para pessoas de todas as idades, dando-lhes as qualificações de que precisam para encontrar um emprego. O incentivo à criação de empresas e inovação são outras acções importantes.

## ... e a favorecer uma atitude mais ecológica e inclusiva do crescimento...

Não obstante, o desenvolvimento económico deve ser sustentável – o reconhecimento de que os recursos naturais devem ser protegidos está no centro desta Política. O tratamento de águas residuais, a promoção da eficiência energética e as energias renováveis e a adaptação às mudanças climáticas – são vitais para esta Política.

A noção de que o desenvolvimento económico deve beneficiar todos os cidadãos está no centro do Modelo Social Europeu. É por esta razão que a melhoria das oportunidades de emprego para pessoas em risco de exclusão social e a luta contra a pobreza são outras das prioridades.



Estónia – Centro de formação profissional de Tartu onde os estudantes utilizam as suas competências e contribuem para a manutenção do espaço.

## ... contribui para o desenvolvimento harmonioso da Europa

A maioria das regiões menos desenvolvidas melhorou muito o seu nível de competitividade e de bem-estar. Na Polónia, o país que mais beneficiou das ajudas durante o período 2007-13, o PIB per capita cresceu de 51% em 2004 para 61% da média da UE em 2009. Durante o mesmo período, o desemprego diminuiu drasticamente e passou de 19% para menos de 9% do mercado laboral. As mesmas tendências positivas são observadas noutros Estados-Membros, designadamente na Eslováquia.

As regiões mais atrasadas recebem mais de 80% do orçamento total, que frequentemente representa 35% a 40% do investimento público total nestas áreas.

A recente crise poderá ter minado o processo de recuperação, e poderá ter causado stress social, mas a Política está a ajudar a aliviar o impacto da crise nas regiões que mais sofrem.

Esta ajuda materializa-se através da garantia de financiamento dos domínios considerados essenciais para o desenvolvimento e bem-estar, com fundos que promovem a recuperação.

Os resultados são mais mistos nalgumas regiões menos desenvolvidas de Estados-Membros relativamente prósperos. Apesar disso, o aumento da produtividade tem sido grande, designadamente, nalgumas regiões do norte e do oeste de Espanha e na Alemanha de Leste, estando a Política de Coesão a desempenhar um papel crucial através dos estímulos às economias por toda a Europa.



Apoio às PME: plantação de bananas, Reunião, França.

# APROXIMAR A POLÍTICA DE COESÃO DOS CIDADÃOS

**A Política de Coesão é muito mais do que uma simples contribuição financeira para o crescimento e criação de emprego. O seu valor acrescentado vai mais longe, e envolve representantes locais e regionais na concepção da Política e no processo de aplicação da mesma. É precisamente esta estrutura multi-nivelada que permite desenvolver o conhecimento e, com ele, criar uma maior eficiência.**

Daí que a governança seja especialmente importante para a Política de Coesão. Graças a uma governança forte, que assegure uma contribuição de todos os interessados, as medidas poderão ser adaptadas às circunstâncias reais, promovendo-se, desse modo, um sentido de apropriação e de empenho em matéria de sucesso. E é aqui que assenta o futuro da Política de Coesão. Melhorias em dois domínios vitais ajudarão a redefinir a realidade – coesão territorial e criação de parcerias.

## Desmitificação da coesão territorial

O que poderá parecer um conceito algo abstracto é, na verdade, simplesmente um meio de aproximar a Política de Coesão dos europeus e do que os rodeia. A coesão territorial mais não é do que o desenvolvimento sustentável da sua vila, cidade e região. É um factor de criação de oportunidades para empresas e pessoas que as ajudará a capitalizar as características inerentes da sua região.

Tornar este conceito uma realidade implica resolver as disparidades existentes, promover os activos territoriais através de estratégias integradas especiais e localizadas, estimular o desenvolvimento local, e reforçar a coordenação entre as políticas nacionais, sectoriais e da UE. A ideia subjacente é também desenvolver uma integração territorial e encorajar a cooperação inter-regional.

Relativamente às reformas da futura Política de Coesão, deve ser prestada uma atenção especial a quatro domínios essenciais: as cidades e o papel que podem desempenhar; as geografias funcionais; as zonas que enfrentam dificuldades geográficas ou demográficas específicas e as estratégias macro-regionais. Cada uma delas faz a diferença.

Primeiro, a Política de Coesão pós-2013 irá precisar de uma agenda urbana mais ambiciosa. O papel das colectividades urbanas na concepção e aplicação das estratégias de desenvolvimento deve ser mais importante, da mesma forma que deve haver mais transparência relativamente aos recursos financeiros afectados às prioridades urbanas.

Segundo, será necessário uma maior flexibilidade na programação. Terão que ser adoptadas abordagens funcionais para se poder identificar os problemas que ultrapassam as estruturas das regiões NUT 1 e NUT 2.

Terceiro, as estratégias macro-regionais deverão ser divididas para complementar esta abordagem flexível e funcional da coesão territorial. Estas estratégias serviriam de instrumentos integrados abrangentes para aumentar a cooperação transnacional. As estratégias podiam basear-se nas necessidades sempre que isso represente um valor acrescentado claro. A cooperação futura, nesta matéria, poderia continuar a representar o quadro para a coordenação de várias políticas e programas a operar na macro-região.

Por último, a próxima geração de programas terá que ser adaptada no sentido de ajudar as regiões a enfrentar as dificuldades geográficas e demográficas específicas, optimizando o potencial das mesmas sem uma multiplicação desnecessária do número de programas e instrumentos.





## A força da parceria

Paralelamente à coesão territorial está a parceria como canal efectivo para uma governança eficiente e transparente. A parceria implica uma estreita cooperação entre a Comissão e as autoridades a nível nacional, regional e local, bem como entre os parceiros sociais e económicos, durante as várias etapas da aplicação da Política de Coesão. É crucial comunicar adequadamente as prioridades da UE, o seu cumprimento e desenvolver um sentimento de apropriação.

Tanto a parceria como a apropriação ganham maior relevo quando analisadas à luz da Estratégia “Europa 2020” e das lições tiradas da Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego. A abordagem da Política de Coesão, que combina um quadro

integrado de investimentos, a apropriação no terreno e as parcerias progressivas, pode contribuir consideravelmente para o êxito da Estratégia “Europa 2020”, ao reforçar a colaboração com os parceiros locais e regionais.

É necessário melhorar a forma como o princípio de parceria é aplicado. O envolvimento dos parceiros locais e regionais, dos parceiros sociais e da sociedade civil deve ser promovido tanto no contexto do diálogo sobre as políticas, como na aplicação da Política de Coesão. Uma das formas de o fazer é através do reforço das abordagens locais do desenvolvimento, no domínio da inovação social ou reabilitação de zonas degradadas.

Em resumo, o Quinto Relatório sobre a Coesão recomenda o reforço das prioridades da Política e um maior enfoque no valor acrescentado da mesma, designadamente nas parcerias e na abordagem territorial e localizada.



“ Não precisamos de uma política única que sirva para tudo, mas temos que nos “concentrar na diversidade”.

Temos que desenvolver soluções feitas à medida de cada uma das regiões, e pensar em resultados visíveis e tangíveis para os cidadãos. Esta será uma parte essencial da nova Estratégia “Europa 2020” ”

Johannes Hahn,  
Comissário da Política Regional

# COMO MEDIR OS PROGRESSOS

**Em geral, o desenvolvimento económico e o crescimento são medidos com base no Produto Interno Bruto (PIB) ou PIB per capita. O PIB permite fazer comparações entre países e regiões e continua a ser uma forma de calcular o desempenho económico relativamente justa, mas não é, necessariamente, a mais adequada para medir o bem-estar.**

O último século ficou marcado pelo crescimento rápido do desenvolvimento económico de muitas das regiões da UE, em especial na UE-15. As regiões nos Estados-Membros que aderiram à UE após 2004 estavam a crescer mais rapidamente antes de ter eclodido a crise económica e a recuperar depressa em relação às outras regiões da UE. Apesar disso, tal como revela o Quinto Relatório sobre a Coesão, continua a existir grandes disparidades entre as regiões da UE.

## Relação entre PIB e rendimento

O PIB nem sempre é uma boa forma de calcular o rendimento de um agregado, já que o aumento do PIB raramente é distribuído de maneira igual pela população ou nas regiões num determinado país. Por exemplo, quando o crescimento do PIB per capita só beneficia uma pequena parte da população ou quando uma grande parte da riqueza é transferida para outra região ou país, a maioria dos agregados numa região não verá os seus rendimentos aumentar.

O que é realmente importante para o bem-estar dos cidadãos não é a quantidade dos bens e serviços produzidos numa economia, mas o rendimento disponível do agregado. O PIB é uma forma muito imperfeita de fazer este cálculo, porque os serviços prestados gratuitamente variam consoante os países, por exemplo, educação, e este facto afecta a possibilidade das pessoas consumirem. De igual forma, o PIB não equaciona o valor dos bens “privados” produzidos em casa e os serviços, que vão desde a preparação de refeições, à limpeza e cuidados de crianças, que contribuem para o padrão de vida da população.

Assim, o rendimento não é o único factor determinante da qualidade de vida. O Quinto Relatório sobre a Coesão refere que o bem-estar e o nível de satisfação com a vida nas regiões menos desenvolvidas estão inter-relacionados com o aumento

do rendimento do agregado. No entanto, nas regiões mais desenvolvidas da União Europeia, esta relação é bastante menor e está até ausente. A conclusão é de que quanto mais rica é a região, mais os cidadãos valorizam outros aspectos do bem-estar, tais como a satisfação com o emprego, ao passo que nas mais pobres, as pessoas atribuem, em geral, maior importância ao seu rendimento.

## Relação entre PIB e qualidade de vida

O PIB não reflecte as melhorias na qualidade dos bens e serviços. Na verdade, pode haver melhorias rápidas em domínios como a tecnologia da informação ou nos serviços médicos e na educação, com consequências directas para a qualidade de vida.

O desenvolvimento económico acelerado do último século teve um preço, desde maior poluição, problemas com a camada de ozono, aquecimento global a outros efeitos negativos para o ambiente. Estes últimos têm um impacto directo na saúde humana e implicam custos para a economia que tão pouco estão reflectidos no PIB.



Nadacia Inforoma – Infantário em Presov gerido pela comunidade cigana

Um ambiente agradável, seguro e não poluído, as boas relações de vizinhança, a água potável de torneira e a confiança mútua são todos “bens comuns” que contribuem de forma significativa para o nível de qualidade de vida. Mas, pelo facto de não estarem à venda, não estão reflectidos no PIB.

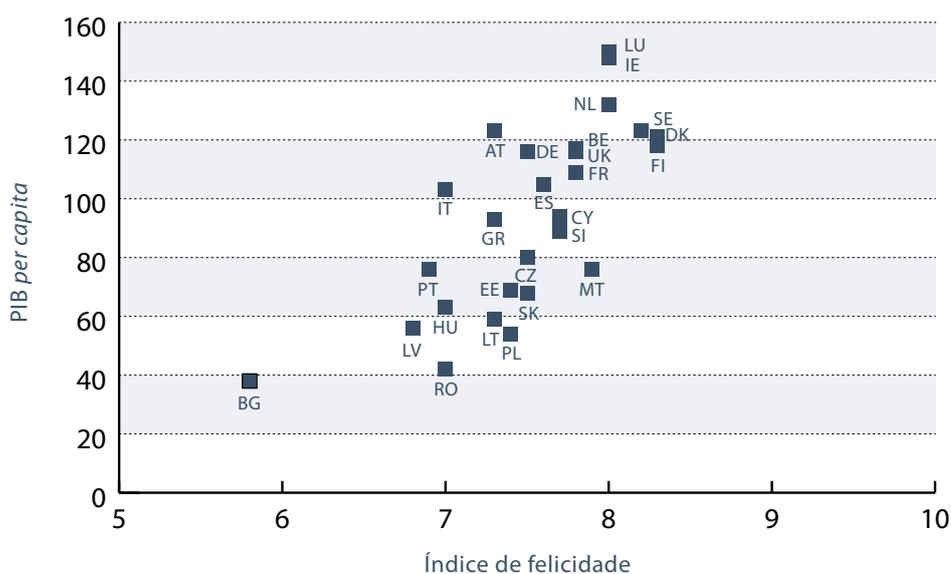
Daí que o cálculo dos progressos alcançados descritos no Quinto Relatório sobre a Coesão vá além do PIB, tal como recomendado por Stiglitz, Sen e Fitoussi no relatório de 2009 sobre a forma de calcular os progressos, que sugerem a inclusão de medidas objectivas de bem-estar, tal como a esperança de vida, mas também, subjectivas, como a percepção geral da saúde e felicidade.

### Relação entre PIB e felicidade

Ser mais rico nem sempre significa ser mais feliz. Em 2007, os três Estados-Membros com a melhor qualificação no índice de felicidade eram os três Estados nórdicos. Os três com a qualificação mais baixa foram a Bulgária, a Letónia e Portugal, mas é preciso não cair em generalizações.

Malta é um exemplo extremo, posicionada apenas no 18º lugar em termos de PIB per capita, mas em 19º na questão da felicidade. Tal como as estatísticas demonstram, um aumento do PIB per capita contribui fortemente para a felicidade nos níveis mais baixos de desenvolvimento, mas com o aumento do PIB per capita, a relação com a felicidade torna-se mais fraca.

Relação entre felicidade e PIB per capita, 2007



# PROVAS EXPLÍCITAS DOS RESULTADOS POSITIVOS

**A Política de Coesão fez uma diferença substancial, não só para o desenvolvimento económico das regiões mais atrasadas, mas também para a sustentabilidade social e ambiental. Foram atingidos muitos objectivos: agora, o desafio é adaptá-la à situação actual e aumentar a ênfase no desempenho.**

## Adaptação à situação actual

O investimento da Política de Coesão em auto-estradas e estradas na UE-15 significa que a rede está hoje quase concluída. O investimento nestes países deve agora ser transferido para meios de transporte mais amigos do ambiente (designadamente os sistemas ferroviário e de transportes urbanos).

Há sinais de que houve outros movimentos positivos em direcção a programas mais sustentáveis. Metade dos Estados-Membros passou a incluir indicadores e metas de redução das emissões de carbono nos programas de coesão para o período 2007-13.

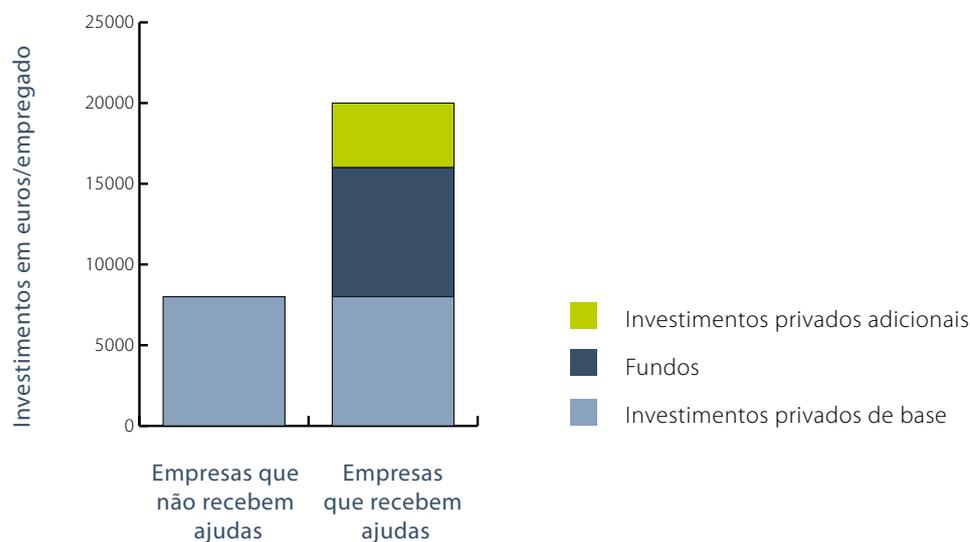
Os subsídios para investimentos são um instrumento útil, mas houve uma tendência para os orientar para as empresas e I&D e inovação. A tendência para uma “carteira” mais equilibrada (que inclui “engenharia financeira” tal como empréstimos/capital de risco e novos instrumentos não financeiros, tal como aconselhamento e orientação) é bem-vinda e deve ser incentivada.

## Maior ênfase no desempenho

Uma das principais conclusões da avaliação é o facto de os promotores dos programas se terem concentrado mais em gastar os fundos (“execução”) do que em seguir os seus impactos reais. Apesar do primeiro elemento ser claramente um pré-requisito para o sucesso, o segundo é, na verdade, o que interessa.

Por consequência, a Política de Coesão precisa de cultivar uma maior ênfase do desempenho. Os programas devem identificar exactamente as suas metas e fazer um acompanhamento dos progressos. Devem ainda ser realizadas mais avaliações de impacto, usando ferramentas tais como a comparação/grupos de controlo, análise custo/benefício, inquéritos rigorosos sobre os beneficiários e estudos de caso aprofundados.

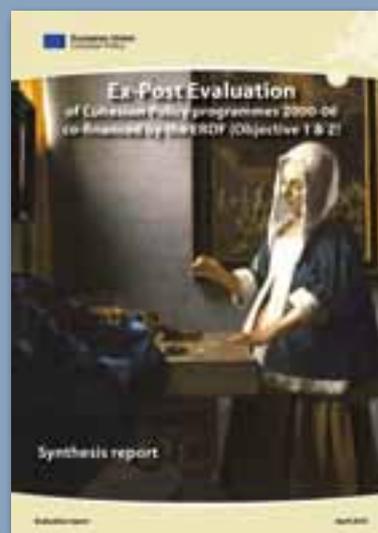
Impacto dos fundos na Alemanha de Leste – um exemplo explícito de alavancagem





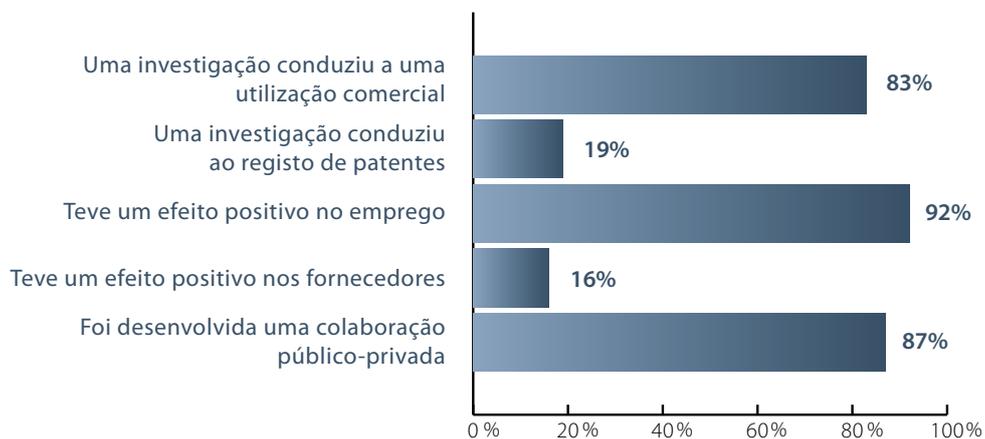
### Principais resultados da Política de Coesão, período 2000-06

- Crescimento mais elevado: de acordo com as estimativas, o PIB nas regiões de Objectivo 1 foi em média 10% mais alto em 2006 do que teria sido sem a contribuição da Política de Coesão. Uma percentagem deste crescimento retorna aos países doadores sob a forma de aumento das exportações.
- Criação de cerca de 1 milhão de empregos em empresas. 230.000 PME receberam ajuda financeira (sobretudo subsídios, mas também empréstimos e capital de risco), aproximadamente 1,1 milhões receberam apoio não financeiro (sobretudo sob a forma de assessoria e orientações, mas também trabalho em rede e infra-estrutura empresarial).
- Formação para 10 milhões de pessoas por ano, incluindo 5,3 milhões de mulheres, 3,3 milhões de jovens, 1,6 milhões de pessoas mais vulneráveis, 1 milhão de desempregados de longo prazo e 5 milhões de pessoas com baixas qualificações.
- Financiamento de cerca de 4.700 km de auto-estradas e 1.200 km de linhas de alta velocidade. Os fundos também contribuíram para melhorar aproximadamente 7.300 km de linhas ferroviárias tradicionais e de vários sistemas de transporte urbano.
- 23 milhões de pessoas ligadas aos sistemas públicos de recolha e tratamento de águas residuais, 20 milhões a sistemas modernos de abastecimento de água.
- Mais de 80% dos programas de requalificação urbana URBAN contaram com a participação de uma parceria abrangente, que incluiu intervenientes locais – as avaliações identificaram este como o factor determinante do sucesso dos projectos.
- O INTERREG continuou a ligar zonas fronteiriças, tendo ajudado a criar quase 12.000 redes e contribuído para que se celebrassem 63.000 protocolos de cooperação.



### Análise de ciclo de vida de apoio no domínio de I&D e inovação para PME, Itália

Proporção de projectos em que...



## PREBEN GREGERSEN



**Preben Gregersen é Chefe da Autoridade de Gestão dinamarquesa dos Fundos Estruturais e membro do grupo de alto nível sobre o futuro da Política de Coesão. Preben Gregersen é também Presidente do Comité de Controlo dos Fundos Estruturais dinamarquês.**

*O Quinto Relatório sobre a Coesão refere a necessidade de alinhamento da Política de Coesão com a Estratégia “Europa 2020”. Até que ponto é que as condicionalidades, os incentivos e a gestão com base nos resultados contribuem para tornar a Política de Coesão mais efectiva e alinhada com a Estratégia “Europa 2020”?*

A minha experiência diz-me que é essencial que os recursos sejam condicionados e estejam efectivamente concentrados: o alinhamento da Política de Coesão com a estratégia “Europa 2020” deve ser mais forte. Com um maior enfoque do que o alinhamento actual com a Agenda de Lisboa. O objectivo é o crescimento: inteligente, sustentável e inclusivo. A abordagem é localizada e deve potenciar o crescimento nacional, regional e local com base nas especificidades.

A parte mais difícil é atingir os resultados e respeitar as escolhas estratégicas que compõem um “crescimento com base na localização”. Em matéria de concentração temática nos motores do crescimento é de referir que as nossas últimas experiências com a programação estratégica obtiveram resultados bastante positivos. Contudo, é imprescindível uma maior orientação para os resultados e provas em toda a Política de Coesão. Deve ser considerada uma série de elementos: um quadro que assegure que os programas serão concebidos de acordo com um número limitado de objectivos (em vez do contrário); o desenvolvimento de indicadores (alguns dos quais obrigatórios); e/ou de uma melhor base para as avaliações ex ante, de acompanhamento e ex post dos programas, além de outros. Relativamente aos incentivos e às condicionalidades, sou a favor do lançamento de um debate sobre qualquer instrumento, mas confesso que prefiro instrumentos com um apoio financeiro às novas formas de financiamento. Não quero com isto dizer que não acredite na contribuição para o desempenho que podem representar estes últimos.

*O Relatório reconhece que uma abordagem uniforme para todas as situações não é adequada, já que as regiões possuem “características muito diferentes, bem como oportunidades e necessidades distintas”. No entanto, no Relatório também se pode ler que os “programas futuros se devem concentrar num pequeno número de prioridades estreitamente relacionadas com a Estratégia “Europa 2020”. Será que estas duas abordagens são compatíveis?*

Após leitura do Quinto Relatório sobre a Coesão cheguei à conclusão que possui matéria suficiente que confirma que a concentração num pequeno número de prioridades da Estratégia “Europa 2020” seja compatível com a programação das intervenções localizadas, cujo objectivo é o crescimento das potencialidades. E também compatível com uma abordagem baseada nas provas das diferentes realidades económicas e sociais e oportunidades das regiões. Contudo, penso que será difícil avançar com uma noção de características puramente geográficas de uma região no contexto da Política de Coesão. A meu ver, a integração de uma dimensão de coesão territorial na Política significa querer tratar a questão das dinâmicas, tais como geografias funcionais, estratégias macro-regionais, ligações entre crescimento urbano e rural, fronteiras, etc.

*Qual pensa ser o factor-chave para o sucesso da Política de Coesão?*

Permitam-me que sublinhe, mais uma vez, a necessidade de se realizar uma verdadeira reflexão sobre o princípio de proporcionalidade do próximo quadro jurídico – para além da tentativa de diminuir o peso administrativo. A este respeito devem ser conseguidos resultados que reflectam os riscos, as escalas, e as credenciais envolvidas nos programas.

É importante referir que os meus comentários não vinculam, de maneira alguma, os comentários dinamarqueses ao Quinto Relatório sobre a Coesão e o trabalho que é necessário fazer. A Dinamarca concorda com a necessidade de se seguir uma coesão económica e social através dos Fundos Estruturais com objectivos claros e se alcançar, desta forma, as metas definidas na Estratégia “Europa 2020”.

Nesta edição, a Panorama entrevista uma autoridade de gestão e notável académico a respeito do que pensa do Quinto Relatório sobre a Coesão



## PHILIP MCCANN

**Philip McCann é Professor associado de Geografia Económica na Universidade de Groningen nos Países Baixos. É ainda conselheiro especial do Comissário da Política Regional, Johannes Hahn.**

*O Quinto Relatório sobre a Coesão refere a necessidade de alinhamento da Política de Coesão com a Estratégia “Europa 2020”. Até que ponto é que as condicionalidades, os incentivos e a gestão com base nos resultados contribuem para tornar a Política de Coesão mais efectiva e alinhada com a Estratégia “Europa 2020”?*

A Política de Coesão irá ter um papel fundamental no sucesso da Estratégia “Europa 2020” porque será a melhor plataforma para uma abordagem integrada ao desenvolvimento económico. Contudo, para que a Política de Coesão sirva de motor à Estratégia “Europa 2020” isso depende essencialmente da existência de um sistema de acções baseado nas condicionalidades. Estas condicionalidades permitirão a celebração de acordos vinculativos fortes em matéria de objectivos políticos, irão assegurar ainda que os incentivos para todos os intervenientes estejam de facto alinhados, irão promover uma governança a vários níveis e a realização das reformas institucionais onde for preciso, irão além disso garantir que as políticas assentem no conhecimento local e sejam de facto locais e, por último, irão garantir que as políticas sejam feitas à verdadeira medida das necessidades de desenvolvimento económico local.

*O Relatório reconhece que uma abordagem uniforme para todas as situações não é adequada, já que as regiões possuem “características muito diferentes, bem como oportunidades e necessidades distintas”. No entanto, no Relatório também se pode ler que os “programas futuros se devem concentrar num pequeno número de prioridades estreitamente relacionadas com a Estratégia “Europa 2020”. Será que estas duas abordagens são compatíveis?*

A Estratégia “Europa 2020” define os principais temas que a Europa terá desenvolver e descreve o papel essencial que a Política de Coesão irá ter como motor desta Estratégia, ao combinar flexibilidade e concentração. Uma Política de Coesão

da UE localizada será suficientemente flexível para responder às deferentes necessidades de desenvolvimento económico das diversas regiões. Esta acção é essencial visto que os desafios locais que as regiões da UE enfrentam variam muito. Uma abordagem localizada permite ainda que a Política de Coesão seja moldada a estas necessidades locais. Ao mesmo tempo, contudo, a concentração nos objectivos da Estratégia “Europa 2020” permite não só que os impactos da Política de Coesão sejam muito maiores em todas as regiões, mas permite ainda que esses impactos sejam consistentes com os objectivos da UE mais alargados.

*Muito foi dito sobre a importância dos indicadores de resultados. Qual é a relação destes com a Estratégia “Europa 2020” e as conclusões do Quinto Relatório sobre a Coesão?*

Os três principais temas da Estratégia “Europa 2020”, além do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, devem ser entendidos como um todo e reflectir uma abordagem territorial integrada e holística do desenvolvimento económico europeu. As regiões devem identificar a combinação específica dos cinco objectivos da Estratégia “Europa 2020” que são: melhorar as condições quadro para a inovação, investigação e desenvolvimento; melhorar os níveis de educação; respeitar as metas relativas às mudanças climáticas e energéticas; promover o emprego; ou promover a inclusão social, em especial através da redução dos níveis de pobreza – e que representam os principais desafios que as mesmas enfrentam a nível local. O desenvolvimento de indicadores de resultados explícitos e mensuráveis é essencial para os intervenientes poderem identificar os progressos, o impacto e o sucesso dos seus projectos e Programas Operacionais.



**A Academia da Energia na Ilha de Samsø é um ponto central de investigação e informação sobre energia renovável e sustentável.**

# ELABORAÇÃO – QUINTO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO

**O Quinto Relatório sobre a Coesão, adoptado em 9 de Novembro, foi preparado com a ajuda das contribuições de toda a Comissão Europeia e de inúmeras fontes externas.**

O Centro Comum de Investigação da Comissão criou um índice único de competitividade regional e está a desenvolver um novo modelo económico regional. A Monitorização Global do Ambiente e Segurança da DG Empresas e Indústria lançou o Atlas Urbano, que disponibiliza todas as aglomerações europeias e revela muitos padrões diferentes de urbanização e periferia urbana.

Este Relatório foi igualmente feito com base em estudos realizados por peritos externos. Por exemplo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) contribuiu com as principais fontes relativas à inovação e crescimento. Dez outros estudos analisaram questões que vão desde os custos e benefícios regionais do crescente comércio mundial ao investimento público por região, e à qualidade do Governo. Por último, mas não menos importante, o impacto da Política de Coesão foi avaliado por 174 estudos de caso, além dos indicadores de 382 programas de coesão e mais de 20 estudos diferentes.

O Relatório usa uma série de novas tipologias regionais, tal como a classificação urbano-rural desenvolvida pela Comissão e as regiões metropolitanas, bem como as regiões ultraperiféricas desenvolvidas pela DG Regio e pela OCDE. As definições de regiões insulares e montanhosas foram ajustadas no sentido de apreender melhor estas características geográficas.

No âmbito da elaboração deste Relatório, a equipa dos serviços de informação geográfica da DG Regio preparou mais de mil mapas, gráficos e quadros. O Quinto Relatório sobre a Coesão inclui mais de 200 mapas, gráficos e quadros, ultrapassando de longe o número deste tipo de informações dadas no passado.

Os dados e informações contidos nos mapas e nas tipologias regionais podem ser carregados gratuitamente em:

[https://circabc.europa.eu/d/d/workspace/SpacesStore/b35d4432-3434-496a-9726-641f55f8abaf/5CR\\_data\\_and\\_typologies.zip](https://circabc.europa.eu/d/d/workspace/SpacesStore/b35d4432-3434-496a-9726-641f55f8abaf/5CR_data_and_typologies.zip)

## Mapeamento dos dados relativos ao transporte, situação das ligações

Para se poder calcular o acesso aos voos de passageiros, não basta uma só fonte de informações. A região de Bruxelas, por exemplo, não tem um aeroporto no interior dos seus limites geográficos, mas isso não significa que Bruxelas não tenha acesso aos voos. Para se poder ultrapassar estas fronteiras administrativas, calculamos o número de voos que partem de cada aeroporto, o tempo que demora a chegar a estes aeroportos e a distribuição da população pela região para medir o acesso real aos voos.

### PARA SABER MAIS, VISITE:

• Eurostat

[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/Regions\\_of\\_Europe](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Regions_of_Europe)

• Quinto Relatório sobre a Coesão

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion5/index\\_pt.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion5/index_pt.cfm)



# CONSULTA PÚBLICA NO ÂMBITO DO QUINTO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO

**O Quinto Relatório sobre a Coesão da Comissão Europeia, adoptado em 9 de Novembro, demonstrou que apesar das disparidades entre as regiões da UE terem diminuído, ainda existem grandes diferenças económicas. Apesar da Política de Coesão ter contribuído para melhorar as condições económicas, sociais e ambientais na União, há sérios desafios pela frente.**

A adopção do Quarto Relatório em 2007 foi o ponto de partida de um período de reflexão sobre o futuro da Política de Coesão europeia, pós-2013. Desde então foi publicado um sem número de documentos políticos com análises aprofundadas, avaliações e estudos, para além de se ter realizado uma série de debates igualmente exaustivos que reuniram académicos, políticos e organizações internacionais.

## Olhar para trás, e pensar o futuro

As orientações gerais realçadas nas Conclusões do Quinto Relatório sobre a Coesão visam lançar um processo de consulta sobre o futuro da Política de Coesão europeia. Nos próximos meses, a Comissão iniciará discussões aprofundadas com as partes interessadas para conhecer os seus pontos de vista sobre as propostas para a Política de Coesão pós-2013.

### Questões chave para o futuro:

▶ **De que forma é que a crise económica mundial irá afectar o investimento público a longo prazo?**

▶ **De que forma é que o abrandamento económico afecta a dimensão e a estrutura do orçamento pós-2013?**

## Moldar o futuro

O Quinto Relatório sobre a Coesão marcou o lançamento em 12 de Novembro de 2010 de um processo de consulta pública por parte da Comissão, que irá durar até Janeiro de 2011. As opiniões das partes interessadas contribuirão para a elaboração da futura Política e preparação, no primeiro semestre de 2011, das propostas legislativas sobre os Fundos Estruturais e Fundos de Coesão pós-2013. A Comissão irá realizar ainda outras consultas com as partes interessadas sobre as suas propostas em 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 2011, no âmbito do Quinto Fórum da Coesão que se realizará em Bruxelas.

O conjunto de propostas legislativas, incluindo o Regulamento Geral e os regulamentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu, deverá ser adoptado pela Comissão no segundo semestre de 2011.

### PARA SABER MAIS SOBRE:

Consulta pública

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/consultation/5scr/index\\_pt.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/5scr/index_pt.cfm)



# TESTE OS SEUS CONHECIMENTOS – PARTICIPE NO CONCURSO SOBRE A COESÃO

- 1) Qual o país com a região mais vulnerável às mudanças climáticas?
- 2) Em que país vivem as pessoas mais felizes da União Europeia?
- 3) Em que país é que a competitividade é mais alta?
- 4) Em que país se consumiu mais energia renovável?
- 5) Qual o país com a região com maior participação em formações?
- 6) Qual o país com o acesso ao maior número de voos de passageiros?
- 7) Qual o país com a região com a menor incidência de mortalidade infantil?
- 8) Qual o país com a região com a taxa de desemprego mais baixa?
- 9) Em que país é que a taxa de desemprego das mulheres é idêntica à dos homens?
- 10) Qual o país com a região com a maior percentagem de população com 30-34 anos de idade com ensino superior?

- 1) Espanha, a região é a Estremadura (Índice de vulnerabilidade às mudanças climáticas: 100).
- 2) Dinamarca (Índice de felicidade: 8,3).
- 3) A região mais bem classificada (100) é Utreque, Países Baixos.
- 4) Suécia (43%).
- 5) Dinamarca, Copenhaga (Hovedstaden: 39,1%).
- 6) Reino Unido, a região é Luton (3 436 voos por dia).
- 7) Finlândia. A região com a menor incidência é Åland (zero).
- 8) A região com a taxa de desemprego mais baixa (1,9%) é Praga, República Checa.
- 9) Finlândia (0,2-1,4 pontos percentuais).
- 10) Dinamarca, Copenhaga (Hovedstaden: 58,6%).

RESPOSTAS

DATAS 2010/2011	EVENTO	LOCAL
<b>12 de Novembro de 2010 – 31 de Janeiro de 2011</b>	Consulta pública sobre as conclusões do Quinto Relatório sobre a Coesão económica, social e territorial <a href="http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/5cr/index_pt.cfm">http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/5cr/index_pt.cfm</a>	Em linha
<b>31 de Janeiro – 1 de Fevereiro</b>	Quinto Fórum sobre a Coesão	Bruxelas (BE)
<b>16 – 18 de Março</b>	Qual o futuro da Política de Coesão? – Um debate académico e sobre as políticas (Associação de Estudos Regionais) <a href="http://www.regional-studies-assoc.ac.uk/events/future.asp">http://www.regional-studies-assoc.ac.uk/events/future.asp</a>	Bled (SI)
<b>21 de Março</b>	Impacto da inovação e I&D na Conferência sobre o desenvolvimento Económico Regional <a href="http://www.jinnove.net/News/News/Lille-Innovation-Conference-LINC">http://www.jinnove.net/News/News/Lille-Innovation-Conference-LINC</a>	Lille (FR)
<b>31 de Março – 1 de Abril</b>	Presidência HU: Conferência sobre a Estratégia “Europa 2020” e o futuro da Política de Coesão	(HU)
<b>2 – 3 de Maio</b>	Presidência HU: Conferência de alto nível sobre o desenvolvimento urbano – “Alterações climáticas à luz do desenvolvimento urbano e demografia urbana”	(HU)
<b>19 – 20 de Maio</b>	Reunião ministerial informal	(HU)
<b>23 – 24 de Junho</b>	Conferência anual sobre as Regiões e a Mudança Económica e Prémios RegioStars <a href="http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperation/interregional/ecochange/index_en.cfm">http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperation/interregional/ecochange/index_en.cfm</a>	Bruxelas (BE)
<b>10 – 13 de Outubro</b>	Open Days <a href="http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.htm">http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.htm</a>	Bruxelas (BE)

Para mais informações sobre estes eventos, consulte a secção Agenda no sítio Web da Inforegio:  
[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/agenda/](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/)

Sítio Web da Presidência húngara: [www.eu2011.hu](http://www.eu2011.hu)

A edição de Primavera da Panorama será publicada em Abril e analisará a Estratégia "Europa 2020" para a Região do Danúbio.

A edição de Verão, a publicar em Junho, será dedicada aos transportes no contexto da Política Regional. A Panorama acolhe com agrado os seus comentários e perguntas, e gostaria de conhecer a sua experiência.

Se quiser partilhar connosco algum trabalho actual interessante relacionado com os temas das nossas futuras edições, colocar perguntas ou expressar a sua opinião sobre estes ou outros aspectos da Política Regional, envie-nos um e-mail para:

**[regio-panorama@ec.europa.eu](mailto:regio-panorama@ec.europa.eu)**

KN-LR-10-036-PT-C

ISSN 1725-8154  
© União Europeia, 2010  
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

